

O banheiro público como dispositivo de gênero

*The public bathroom
as a device of gender*

Thales de Almeida Nogueira Cervi

*Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos,
Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
thales_cervi@hotmail.com*

Richard Miskolci

*Professor Associado de Sociologia do Departamento de
Medicina Preventiva da UNIFESP, Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo.
Coordenador do Núcleo Quereres. Pesquisador do CNPq.
richard.miskolci@unifesp.br*

Magnus R. Dias-da-Silva

*Professor Associado Livre Docente de Endocrinologia,
Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);
Coordenador do Núcleo TransUnifesp; Pesquisador do CNPq.
mrdasilva@unifesp.br*

Pedro Paulo Gomes Pereira

*Professor Associado Livre Docente do Departamento de Medicina
Preventiva da UNIFESP, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva,
Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo Quereres.
Pesquisador do CNPq.
pedro.paulo@unifesp.br*

12

Resumo

A partir do debate ocorrido no Núcleo Trans da UNIFESP sobre possível mudança nas placas dos banheiros da universidade, de forma a torná-los mais inclusivos a pessoas trans, travestis e demais sujeitos LGBTI+, este artigo explora fontes históricas, teóricas e conceituais, para analisar como o banheiro público se transformou em um dispositivo de gênero. Partimos de uma etnografia da construção dialógica do serviço de saúde integral entre profissionais, ativistas e usuários/as, para discutir como o acesso e a circulação no banheiro público indica o grau de abertura social à visibilidade e o contato com as diferenças. Expomos como a criação do serviço, onde se inseriu o debate, faz parte de um movimento mais amplo de inclusão das diferenças que têm gerado reações entre segmentos sociais moralmente conservadores e politicamente autoritários.

Palavras-chave: Banheiro; gênero; saúde; pessoas trans, travestis; população LGBTI

Abstract

From the debate in the UNIFESP Center of Multiprofessional Assistance to Trans People about a possible change in the university's bathrooms, in order to make them more inclusive to trans people, and other LGBTI + subjects, this article explores historical, theoretical and conceptual sources to analyze how the public bathroom has turned into a device of genre. We start with an ethnography of the dialogical construction of the integral health service among professionals, activists and users to discuss how access and circulation in the public toilet indicates the degree of social openness to visibility and contact with differences. We show how the creation of the service, where the debate was inserted, is part of a broader movement of inclusion of the differences in Brazilian universities that has generated reactions among morally conservative and politically authoritarian social segments.

Keywords: Bathroom; gender; health, trans people; LGBTI population

Introdução

Alguns debates colocam a própria tessitura do tempo em questão. Se o tempo trabalha e produz inventivamente no cotidiano, há também instantes em que a vida é repensada. Nessas ocasiões, espaços, coisas e pessoas passam a ser apreendidos em outras perspectivas, surgindo múltiplas formas, nem sempre coincidentes, de percebê-los. De tal modo, o que era inquestionado aparece no cerne de contendas. Foi assim nos debates sobre banheiros, espaço de uso diário, geralmente despercebido, mas, que se tornou o centro de uma polêmica sobre corpos e subjetividades, em um evento na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Em setembro de 2016, a Unifesp sediou seu I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde. O Fórum contava com a presença de algumas instituições envolvidas com a população, no que diz respeito ao cuidado no âmbito de saúde e cidadania. Nessa ocasião, mais do que tratar de aspectos que envolvem a transexualidade, propunha debater sobre como seria organizado o futuro ambulatório para atendimento à pessoa trans.

No setor externo ao auditório onde ocorria o evento, os organizadores realizaram uma intervenção pedagógica a respeito dos banheiros, chamando atenção para a concepção normativa que rege seu uso. Na Unifesp, bem como na maioria dos lugares, os banheiros eram divididos em masculino e feminino. Perto dos banheiros, foram colocadas sugestões de placas alternativas para as portas dos toaletes, apresentadas como imagens impressas em papel sulfite e coladas na parede (sobre as quais vamos comentar mais detidamente no decorrer do texto).

As placas que identificam as pessoas que *podem* acessar determinado banheiro, a depender da interpretação generificada de seus corpos, têm um caráter binário, sendo costumeiramente representadas por pares de

imagens com expressões de gênero que opõem homens e mulheres, por exemplo, em figura com cabelo longo e saia para designar mulheres em oposição à silhueta de cabelos curtos e calças para designar homens. Mas, naquele evento, corpos e subjetividades estranhos interpelaram essa visão binária e buscaram produzir alternativas. E um debate intenso se produziu em torno dos banheiros.

A discussão na Unifesp colocou a própria finalidade do banheiro em disputa. De certo, a resposta imediata lembraria que a importância da utilização do banheiro se refere a uma questão de higiene e saúde pública, em que o despejo do material fisiológico humano em local adequado e protegido tem impacto na saúde da população devido às possibilidades de contaminação. Todavia, pensando nas discussões de gênero e sexualidade, o banheiro – em especial o público – também opera como dispositivo a regular, continuamente, os corpos e seus contatos físicos e visuais. Questões de saúde e de gênero se associam no banheiro público, o que justifica um olhar mais atento sobre esses espaços e seus contextos social e histórico.

Neste artigo, consideramos que o debate sobre as placas dos banheiros da Unifesp pode ser compreendido como a tentativa de construção conjunta – de profissionais da universidade, estudantes, ativistas e usuários – de novas configurações de acesso e trânsito das pessoas trans e travestis na instituição universitária, em especial, seus espaços de produção de saúde. Assim, propomos partir do mencionado debate para uma reflexão localizada sobre a regulação que o gênero exerce sobre a vida dos sujeitos, ainda que em atividades que, aparentemente, não se relacionariam em si mesmas com o gênero e a sexualidade.

A discussão aqui apresentada é resultado de pesquisas etnográficas, por meio de observação participante, entrevistas e acompanhamento sistemático das atividades do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo

TransUnifesp) e seu ambulatório – espaços de cuidado à população transexual, promovido pela iniciativa de profissionais da Escola Paulista de Medicina, com o apoio de ativistas trans, profissionais voluntários de fora da universidade, estudantes e outros interessados da comunidade¹.

O texto está dividido conforme a seguir descrito. Iniciaremos apresentando o Núcleo TransUnifesp. Em seguida, faremos uma breve reflexão sobre os banheiros como dispositivo e sobre a história dos banheiros, no que se refere ao seu caráter generificador. Por fim, buscaremos apresentar uma análise situada do debate sobre os banheiros, ocorrido no I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde, de maneira a compreender sua importância para essa e outras iniciativas envolvendo a abertura do sistema de saúde brasileiro à diversidade sexual e de gênero.

O Núcleo TransUnifesp e a necessidade do debate sobre os banheiros

O Núcleo TransUnifesp é autônomo dentro da universidade, supra-departamental, transdisciplinar e intercampi, com ampla atuação que engloba as seguintes ações: pesquisa, com a participação de professores e pós-graduandos da universidade; formação profissional, com capacitações e treinamento de equipe para atendimento; e, especialmente, assistência multiprofissional, dentro do princípio da integralidade no atendimento às pessoas trans, desenvolvida por um Ambulatório vinculado ao Hospital São Paulo, Hospital Universitário da Unifesp.

1 Este artigo parte de pesquisas que vêm acompanhando o Núcleo TransUnifesp e o seu Ambulatório: a etnografia desenvolvida por Thales Cervi em seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; pesquisas articuladas financiadas pelo CNPq com Bolsa Produtividade e financiadas pela FAPESP (pesquisa etnográfica sobre o Ambulatório de Atenção Integral à Pessoa Trans na Unifesp e os debates pela despatologização – processo 2018/17227-1).

A criação desse Núcleo e de seu ambulatório se deu em um cenário de alta demanda associada ao restrito número de unidades que dispunham desses serviços e à baixa quantidade de procedimentos cirúrgicos realizados. Consequentemente, acumulam-se filas nas instituições de referência para o atendimento à população transexual e travesti, que busca realizar procedimentos como hormonioterapia e cirurgias, além de atendimento psicológico, médico, fonoaudiológico, de enfermagem, entre outros.

Em São Paulo, o Centro de Referência e Treinamento (CRT) DST-AIDS-SP, da Secretaria Estadual de Saúde, situado a poucas quadras da Escola Paulista de Medicina, já atendia travestis e pessoas trans. Dentro do CRT, esses usuários passaram a contar, em 2009, com o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais. Iniciativa que veio Brasil a fora na esteira de outras, como o Ambulatório de Saúde das Travestis, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, inaugurado em 2007 (RASERA; ROCHA; TEIXEIRA, 2012). Portanto, o Núcleo TransUnifesp insere-se em um movimento maior, de busca de melhores condições de atendimento e inclusão desse segmento social.²

Inicialmente, os idealizadores do Núcleo fizeram um processo de reconhecimento da demanda da rede de serviços de saúde e estabeleceram os primeiros contatos com as pessoas trans. As ações se direcionaram à promoção de discussões e à formação de um grupo de profissionais que pudessem pensar modelos e atuar na assistência. A ideia era compor uma equipe coesa que, permanentemente, buscasse informações e capacitações, de forma a ofertar um serviço adequado, em constante contato com os(as) usuários(as), atuando em uma lógica de atenção pactuada com as pessoas. Só depois foi criado um espaço de cuidado.

— Essa proposta de metodologia de atuação se traduziu no 2 Por motivos de espaço, não abordaremos mais detidamente esses processos macropolíticos. No entanto, tais questões podem ser acompanhadas nas formulações de Berenice Bento (2017, 2019).

estabelecimento de reuniões mensais, com o objetivo de propiciar uma formação teórica e técnica e, também, trazer a decisão coletiva sobre como se daria a dimensão organizacional do Núcleo e seu ambulatório. Em 24 de março de 2017, o Núcleo Trans UNIFESP inaugurou seu ambulatório, juntando-se a outros serviços espalhados pelo território nacional, que ofertam cuidado e procedimentos para pessoas transexuais e travestis. Na Figura 1, uma das reuniões mensais do Núcleo TransUnifesp abertas à comunidade unifespiana e extramuros, inclusive para ativistas dos movimentos sociais trans e usuários do ambulatório.

Figura 1. Reuniões mensais do Núcleo TransUnifesp.



Fonte: Acervo do Núcleo TransUnifesp.

A complexidade da proposta estava, entre outros aspectos, na sua necessária transdisciplinaridade. O Ambulatório do Núcleo TransUnifesp envolveu cirurgiões plásticos, endocrinologistas, psiquiatras, ginecologistas, psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos, todos dialogando com as demandas apontadas pelos movimentos

sociais como mais prioritárias, bem como com a revisão das normativas e políticas já existentes³.

Pensando nessa complexidade e nos desafios, os organizadores do grupo e do ambulatório estabeleceram uma rede de contatos bastante ampla, que se mantém, inclusive, por algumas plataformas online e um grupo de aplicativo de troca de mensagens por celular. O grupo de *Whatsapp* foi criado pelo principal idealizador do núcleo, mas, conta com outros administradores que podem incluir novos membros, assim como mediar eventuais conflitos. No geral, o grupo é utilizado livremente. Não existem regras definidas para inclusão e as pessoas são adicionadas ao grupo na medida em que outras as sugerem ou solicitam, assim como as regras de interação não são rigorosas ou muito bem definidas. O objetivo comum é a troca de informações, divulgação de eventos científicos e/ou artísticos, discussão de temas e propostas, entre outros. Por ser um espaço de diálogo instantâneo e a qualquer momento, é frequente a ocorrência de discussões polêmicas como aquela sobre as placas dos banheiros da universidade – discussão que, como já salientamos, se iniciou com o I Fórum.

Nas reuniões para a organização do fórum, uma atividade pensada, pela organização, foi a votação pela placa que mais agradaria aos participantes, tendo em vista as discussões levantadas pelos palestrantes. Havia cédulas em lugar próximo às imagens fixadas na parede, para

3 Algumas das demandas: Ser acolhido com respeito por profissionais de saúde especializados na área; Propor temas para debate visando o aperfeiçoamento da assistência às pessoas trans; Participar e discutir propostas de pesquisa na academia; Ter acesso às tecnologias de modificações corporais acompanhadas em ambiente acadêmico mais seguro; Ter acesso à orientação médica para hormonização; Poder realizar exames laboratoriais periódicos de controle da hormonização; Ter acesso à avaliação para cirurgia de transgenitalização feminina (ainda que para assegurar espaço na fila); Ter acesso à avaliação para mamoplastia masculinizante; Ter acompanhamento psicológico e psiquiátrico especializado; Ter acompanhamento ginecológico e urológico, inclusive para realização de papanicolaou para homens trans em ambiente seguro; Avaliação e exercício de voz por fonoaudiologia; entre outras.

que as pessoas pudessem votar nas sugestões para as placas que mais lhes agradassem e inserir em uma urna que ficaria disponível durante o período em que ocorria o evento. Na Figura 2 a reprodução da cédula usada para votação dos cinco melhores pictogramas de porta para os banheiros inclusivos na Unifesp.

Figura 2: Cédula usada para votação dos cinco melhores pictogramas de porta para os banheiros inclusivos na Unifesp.

Com base nas sugestões apresentadas para substituição de pictogramas para banheiros, escolha 5 opções por ordem de sua preferência. Conforme sequencia abaixo:

1º opção imagem nº _____

2º opção imagem nº _____

3º opção imagem nº _____

4º opção imagem nº _____

5º opção imagem nº _____

Fonte: Acervo do Núcleo TransUnifesp.

Não estava claro se o resultado do pleito modificaria efetivamente as placas dos banheiros da universidade, mas, aquele movimento abria o campo para problematizá-las institucionalmente, em favor do melhor acolhimento de pessoas como transexuais e travestis. Se todos nós deparamo-nos cotidianamente com espaços arquitetonicamente planejados segundo um binário de gênero, que classifica e define

os corpos de forma rígida e impositiva, tal rigidez tende a ser aceita pela maioria, frequentemente de maneira impensada e automática, enquanto gera percalços para pessoas trans e travestis, que buscam usar o banheiro com o gênero com o qual se identificam, ao invés do que lhes foi assignado ao nascer.

As imagens, previamente levantadas pelos organizadores e expostas como alternativas, apresentavam 11 possibilidades de placas para identificação dos banheiros que problematizavam a disposição binária e naturalizada, ressignificando o acesso, ampliando as formas de identificação dos espaços ou mesmo suprimindo a generificação de seu uso. Algumas dessas placas apresentavam o símbolo representativo da transexualidade, uma trazia as cores da bandeira LGBT, outras descartavam qualquer divisão. Havia, também, uma que fazia referência ao termo “inclusivo” e outra que categorizava o banheiro como local aberto a famílias. Algumas ironizavam a generificação dos sanitários com frases como “*this bathroom has been liberated from the gender binary* (este banheiro foi libertado do binarismo de gênero)” ou “xixi liberado”.

Na Figura 3 estão sugestões de pictogramas apresentados para votação pelo público do I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde. O evento ocorreu em setembro de 2016 no auditório da Reitoria da Unifesp e visava subsidiar a decisão de utilização do pictograma vencedor nos futuros banheiros inclusivos construídos ou reformados na instituição.

Figura 3: Sugestões de pictogramas apresentados para votação pelo público do I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde.



Fonte: Acervo do Núcleo TransUnifesp.

Algumas das placas apresentavam a escrita em inglês, o que pode ser atribuído ao fato de que os profissionais que idealizavam aquele evento e também o serviço a ser criado buscavam suporte em experiências de instituições estrangeiras, como aquelas observadas no congresso da *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH) no mesmo ano, em Amsterdã.

O acesso ao banheiro-gênero com o qual cada pessoa se identifique

tornou-se tema de debates, experimentos e decisões judiciais, em contextos como o norte-americano. A polêmica foi relevante em escolas e universidades, ou seja, espaços que mais sofreram denúncias de preconceito e discriminação contra transgêneros, culminando com a decisão do governo Obama, em maio de 2016, de emitir recomendações para que as instituições de ensino com financiamento público cumprissem a obrigação de não discriminar estudantes por seu gênero.

Após os debates provocados no I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade, foi iniciada uma longa articulação interna no âmbito da universidade que incluía várias representações. O objetivo era pensar os banheiros, e foi levada adiante pela coordenação do Núcleo TransUnifesp e Gabinete da Reitoria à época. Entre os órgãos envolvidos pode-se destacar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, além de membros do Núcleo e pessoas transexuais da Unifesp. Estávamos diante daquele instante em que, como dizíamos no início do artigo, os espaços, coisas e pessoas passam a ser percebidos em outras perspectivas. Esse espaço do cotidiano passou a ser o centro dos debates que formulavam indagações sobre o que seria um banheiro, quais as pessoas autorizadas a entrar, como compreender os corpos ambíguos. Afinal, o que seria um banheiro e como interpelavam corpos estranhos?

Os banheiros e os corpos estranhos

A autorização para circular e utilizar banheiros são concedidas mediante o enquadramento do sujeito em uma ordem generificada binária, que prioriza o gênero atribuído ao nascer e não a sua autoidentificação. Cabe, até mesmo, refletir que muitas pessoas, para além dos espaços, transitam, também, entre diversas performatividades de gênero, entre o masculino e o feminino e, também, para possibilidades distintas desse binômio (BUTLER, 2003). Mas, antes

mesmo da efetivação da coerção direta, há um funcionamento mais eficaz e generalizado de produção do binarismo. Esse funcionamento expressa um poder que, para além de coibir, produz e regula modos de vida e interação social (FOUCAULT, 1985). Dessa maneira, ainda que o mais visível se apresente pela subtração de alguns corpos, como os trans e travestis, em determinados espaços, o estabelecimento do binarismo também se dá pela construção *positiva*, indireta e generalizada de corpos e espaços normatizados (MISKOLCI, 2005).

A identificação do banheiro está atravessada pelas demarcações de gênero e o reflexo disso na caracterização do espaço e formação e regulação do sujeito e das relações sociais.⁴

Em uma genitalização da subjetividade, o aspecto determinante adotado para o reconhecimento da pessoa é o sexo biológico assignado médica e legalmente ao nascer, ainda que a autoidentificação, os estilos corporais, nome social, entre outros, digam o contrário. A identificação civil segue os mesmos parâmetros, caracterizando-se como uma continuação do corpo enquanto reconhecimento do cidadão (LIMA, 2014), situando a pessoa na esfera de cidadania, de acordo com seu gênero.

Em argumentação sobre a relação entre a constituição arquitetônica e subjetiva dos banheiros, Preciado (2002) apontou que esses locais se converteram em espaços de vigilância de gênero, onde cada sujeito é constantemente inspecionado e avaliado em sua masculinidade ou feminilidade pelos demais que por ali circulam. Mais do que criar espaços que condicionam o acesso ao banheiro à identificação binária, as placas nas portas dos sanitários são uma espécie de cancelas de gênero, que materializam diferenças entre homens e mulheres, associando cada gênero e genital, ao papel reprodutivo e à socialmente esperada posição sexual.

4 Para uma análise da resposta feminina de desgenerificar banheiros consultar Sheffreys (2014) e Browne (2004).

Na utilização dos sanitários, há uma série de eventos, que encadeados controlam a presença dos corpos. Inicialmente, já há um direcionamento e regulação do acesso exercido pelas placas, pelos funcionários de segurança e, frequentemente, por outros usuários. Uma vez dentro do banheiro, os corpos são avaliados e vigiados por outros ali presentes, além de funcionários da limpeza e manutenção. São avaliados por seus supostamente iguais em gênero e sexualidade no que se refere à sua performatividade de gênero e provável sexualidade, já que o cruzamento da fronteira heterossexual talvez seja a maior ansiedade ali dentro.

No caso do banheiro feminino, as mulheres têm sua feminilidade (e heterossexualidade) conferidas por meio de olhares atentos a qualquer ambiguidade de gênero como a ausência de seios, cabelos curtos, postura, ausência de maquiagem, entre outras. No banheiro masculino, homens têm sua masculinidade (e heterossexualidade) avaliadas também por olhares atentos a qualquer sinal de feminilidade na aparência e na performatividade, a qual, em tese, denunciaria uma possível homossexualidade. Na relação com os outros usuários, o resultado desses exames se manifesta pelo silêncio e indiferença pelas consideradas adequadas, assim como pelo olhar reprovador, risos e atitudes que podem resultar na expulsão ou “denúncia” de alguém. Abordaremos adiante, mas importante destacar aqui que os banheiros públicos também são espaços, talvez locais de refúgio, de sexo entre homens (mais conhecidos como “pegação”).

De maneira distinta, os banheiros masculinos dividem as funções fisiológicas, sendo que há os mictórios destinados ao ato de urinar, enquanto nas cabines que contêm os vasos sanitários fica o espaço para defecar. Nessa organização, os homens realizam uma de suas necessidades fisiológicas eretos, urinando frente ao mictório. Seguindo o argumento da organização espacial dos banheiros como algo articulado às diferenciações entre masculino e feminino, Preciado (2002) assinalou o ato de urinar de pé como uma tecnologia de gênero,

uma performance de masculinidade. Sampaio (2015) destacou que não sentir vergonha da exposição do corpo e de urinar em frente a pessoas de mesma performatividade de gênero, pode ser entendido como uma legitimação da virilidade masculina heterossexual. O ato de urinar feito por um homem se diferencia da mesma atividade realizada pelas mulheres também pelo fato de ocorrer em local menos privado, ao olhar de outras pessoas que circulam por perto, caracterizando-se como uma atividade cultural que produz sociabilidade entre aqueles reconhecidos como homens. Contudo, há muitos homens que, mesmo com mictórios à disposição, preferem urinar em privadas e cabines individuais, por motivos variados. Depois, urinar em pé, além de performar uma virilidade masculina heterossexual, também possibilita subversões de gênero e sexualidade, como quando os homens olham entre si, olham para seus pênis, se masturbam fingindo urinar e, finalmente, se “pegam”.

As considerações dos diversos autores e autoras sobre os banheiros expõem como os arranjos da sociabilidade feminina e masculina nos banheiros e nos outros espaços ficam duplicados, ou encadeados (BUCCHIONI, 2015; COSTA NETO, 2009; CRUZ, 2011; DELABRIDA, 2010; DIAS; ZOBOLI; SANTOS, 2018; MIRANDA; OLIVEIRA, 2016; FERREIRA DAMIÃO; PLAZA TEIXEIRA, 2009; GONÇALVES; ARAUJO, 2015; PAEZ, 2017; SIQUEIRA, 2014). Se, para as mulheres há reprodução do espaço doméstico, para os homens há o reforço da visibilidade masculina. Portanto, é possível afirmar que acessar o banheiro diz respeito tanto às necessidades fisiológicas quanto às demandas de identificação social pelo gênero assignado ao nascer.

Como um espaço de vigilância de gênero, é recorrente que determinadas pessoas sejam impedidas de adentrar aos banheiros, sejam retiradas coercitivamente por força policial ou semelhante, sejam alvo de violência e/ou preconceito, entre outros, quando entendido que não há correspondência entre gênero e o local. Alguns autores têm abordado a violência, o preconceito, o constrangimento e mesmo a recusa

experienciada por pessoas transexuais e travestis no uso de banheiros públicos, como ocorre em algumas escolas (CRUZ, 2011; SAMPAIO, 2015). O arranjo binário da utilização dos banheiros tem implicações importantes e, muitas vezes, negativas para as pessoas trans, uma vez que quando essas pessoas buscam usufruir do espaço, utilizando-se daquele identificado pela maneira como elas se reconhecem, com frequência são impedidas sob o argumento de que o banheiro adequado para a utilização do sujeito seria o outro.⁵

A experiência em que o sujeito transexual é confrontado com o conflito imposto entre sua genitália e sexo designado ao nascimento e sua afirmação de gênero, não é restrita ao acesso a banheiros públicos, mas, comum em outras ocasiões, como na utilização do nome social (BENTO, 2014; LIMA, 2016; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2015; ROCON et al., 2016), especialmente, no trânsito dessas pessoas por espaços de saúde (LIMA; MACHADO; PEREIRA, 2017), o que concerne diretamente ao ambulatório já mencionado, reforçando a importância do debate.

Diante dessa disposição, é fundamental para as pessoas trans como emancipação de seus corpos e reconhecimento de que elas possam transitar pelos banheiros que entendam coerentes consigo próprias.

Como dizíamos, a inspeção pelos usuários dos banheiros públicos é, frequentemente, mais intimidadora para pessoas transexuais e travestis.

5 Sobre o tema, vale lembrar que a legislação federal ainda não tem regulamentação específica da matéria. Há apenas a regulação por ato normativo secundário na hierarquia legislativa: Resolução 12, de 2015, do Poder Executivo (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), cujos fundamentos justificam-se pela sintonia com a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Resolução 12/2015 estabelece “parâmetros para a garantia de condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transsexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização”. O artigo 6º do ato normativo também prevê que “deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”.

Em unidades de saúde, por exemplo, é comum que a presença das pessoas trans seja agenciada e em alguns momentos inviabilizada pelos profissionais que ali se encontram e, diante da percepção da diferença que contradiz a expectativa social, se utilizam desses mecanismos de rejeição ou estranhamento. Bento (2006) designou como “protocolos invisíveis” esses movimentos usuais que, potencialmente, afastam essas pessoas de locais de cuidado.

Essa expectativa se estende também às pessoas que transitam entre o masculino e o feminino, são andróginas ou têm alguma performatividade que não é reconhecida binariamente. Na apreensão da subjetividade como algo definido por regras e movimentos lineares, pressupõe-se, por exemplo, a heterossexualidade das pessoas trans, entendida como um atestado da transexualidade. A expectativa por determinados padrões de comportamento ocorre pelos profissionais em diferentes contextos, como aponta a literatura, e pode ser observada na expectativa pelo sofrimento (LIMA, 2016) e pela abjeção ao órgão genital (BENTO, 2006).

Enfim, os banheiros conformam verdadeiros dispositivos de gênero, invariavelmente binários, frequentemente interpelando as pessoas por meio de seus corpos e subjetividades, para que sigam as normas de gênero e sexualidade vigentes. Todavia, ao definir os banheiros como um dispositivo de gênero se faz necessário que nos atentemos, também, para a sua dimensão histórica, o que pode nos levar às demarcações raciais e de classe. Assim, no próximo item buscaremos sintetizar a história social da generificação dos sanitários, em busca de subsídios para uma análise do debate iniciado pelo Núcleo TransUnifesp e sua importância para a inclusão de pessoas trans na universidade e no atendimento dessas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma breve história dos banheiros e sua generificação

O acesso e a circulação pelo espaço público revelam muito sobre uma sociedade, o grau de desigualdade existente nela e quais são os eixos de diferenciação que a atravessam, definindo relações de poder. Na sociedade norte-americana, por exemplo, a segregação racial era também espacializada até a década de 1960, quando os estados do sul separavam entradas, banheiros e até assentos no transporte público para negros e brancos. Surgiam, naquela época, placas de banheiro registrando a segregação, racial e de gênero, no sul dos Estados Unidos, na primeira metade do Século XX.

No Brasil, as divisões e barreiras à livre circulação no espaço público, mesmo que não formais ou legalizadas, têm marcas perceptíveis de raça, classe e gênero. Ainda que haja variações nacionais ou regionais, o gênero tende a estar presente em toda parte como um dos definidores espaciais. Desde a histórica associação entre as mulheres e o privado e os homens ao público, materializada no binômio casa-rua, até na forma menos visível, mas não menos poderosa, com que o gênero estrutura os banheiros públicos.

Allison K. Hoagland, em seu livro *The bathroom: a social history of cleanliness and the body* (2018), afirmou que o banheiro antigo não tinha como maior objetivo a higiene. Romanos, turcos e, posteriormente, finlandeses e russos consideravam o banho e a sauna locais de socialização. Apenas a partir do século XIX que o banheiro passou a ser visto como espaço de limpeza e higiene, especialmente, entre as classes socialmente privilegiadas. Desde meados do século, ele passou a funcionar como uma fronteira entre o público e o privado. Não por acaso, o nome do cômodo deriva do mais aceitável uso feito nele, o banho, enquanto seus usos mais frequentes envolvem práticas que, progressivamente, foram sendo consideradas íntimas, como urinar ou defecar.

Ainda que haja registro histórico de alguns poucos banheiros públicos mais ou menos similares aos atuais desde o século XVIII, em países como Estados Unidos, as evidências históricas indicam que eles só começaram a se disseminar no final do século XIX e início do século XX. Entre 1860 e 1880, emergiu a teoria dos germes, de Robert Koch, Louis Pasteur e Joseph Lister, explicando que organismos microscópicos causavam doenças, o que ampliaria a preocupação coletiva com a higiene individual e o contato interpessoal como perigo epidemiológico. A teoria dos germes e a descoberta de bacilos, vírus e bactérias, a partir da década de 1880, suplantou a crença na sujeira como origem das doenças, transferindo o foco de preocupação da casa para a cidade, do âmbito privado para o público.

Os banheiros públicos emergiram associados à crescente urbanização, industrialização e criação de espaços em que as pessoas se socializavam. Na maior parte dos contextos nacionais, isso se passou apenas a partir da primeira metade do século XX. De certa maneira, o banheiro começou a ser um local de preparo para a exposição pública e, no caso dos públicos, além de seus usos higiênicos, espaço para verificar a aparência. O banheiro tornou-se o camarim do teatro social, respondendo e, ao mesmo tempo, contribuindo para a crescente autoconsciência corporal.

Em sua modalidade pública, o sanitário foi configurado como espaço arquitetonicamente planejado para a circulação de pessoas, encontro e convivência com desconhecidos. Diante disso, não é de se estranhar que viria a ser dividido binariamente: um para homens e outro para mulheres. Se nos lares, o banheiro não só demorou a se universalizar (nos Estados Unidos, só na década de 1960!) e nada indica que tenha sido alguma vez dividido em gêneros, no espaço público, o banheiro apareceu como voltado apenas ao uso masculino já que as mulheres eram predominantemente segregadas ao espaço privado

das casas. Foi a entrada das mulheres no espaço público que levou à sua divisão em dois, um para uso masculino e outro feminino⁶, mas, ainda frequentemente longe um do outro. A imagem hoje corrente dos banheiros públicos como divididos em dois e lado a lado, um para homens e outro para mulheres, é mais recente do que parece e oculta uma conquista das mulheres, já que há poucas décadas a legislação garantiu que os banheiros fossem assim construídos. No caso norte-americano, o *Restroom Equity Act* do Estado da Califórnia é de 1987.

Se a divisão binária dos banheiros foi uma conquista histórica das mulheres, hoje já é reavaliada como também impondo e disseminando o que se compreende como binarismo de gênero, pois a necessidade do acesso ao sanitário não explica completamente seu binarismo. Ansiedades sexuais, envolvendo possíveis contatos íntimos entre homens e mulheres, influíram em tal divisão generificada, assim como na divisão do sanitário masculino entre a atividade de urinar em pé, com menor privacidade, e defecar sentado, em uma cabine isolada. Valores como “decência” e “decoro” regeram a divisão arquitetônica, assim como sua configuração interna, estendendo até nós temores e pressupostos sobre os contatos corporais entre homens e mulheres assim como entre homens.

Aparatos legais e simbólicos regulamentam a utilização dos espaços públicos e, também, dos banheiros, de forma que há uma forte mediação social referente ao trânsito de pessoas pelos banheiros e sua relação com gênero. Historicamente, essa mediação coletiva tendeu a separar, restringir e regular os usos individuais dos banheiros públicos, criando classificações que definem contatos possíveis e interditados. A segregação de gênero, aparentemente, buscava evitar os contatos sexuais (não só contatos sexuais consentidos, mas também estupros), mas, terminou por erotizar os sanitários, especialmente os masculinos.

6 Vale destacar que nem toda instituição possui ou possuía banheiro feminino até pouco tempo.

O sexo impessoal entre homens em banheiros públicos, quer se reconheçam como homossexuais ou não, foi vastamente documentado e, no início da década de 1970, ganhou seu estudo sociológico clássico em *A transação da sala de chá* de Laud Humphreys.

No século XXI, banheiros públicos passaram a sofrer novas demandas de inclusão, agora por parte de pessoas com deficiência, famílias com bebês, além de ter que se adaptar para crianças, pessoas de baixa estatura ou obesas. Também, como já mencionado, começou a ter questionado o caráter binário e naturalizante de sua divisão em masculino e feminino. Diferentemente de abordagens estruturais e ahistóricas sobre os banheiros, como as de Preciado anteriormente mencionadas, uma perspectiva histórica atenta à agência pode introduzir esses espaços em polêmicas e renegociações da visibilidade pública dos sujeitos. A forma dos banheiros públicos passou a ser objeto de questionamento, quanto maior a heterogeneidade de sujeitos que circulem no espaço público. Assim, a divisão, subdivisão ou unificação dos banheiros, envolvem a renegociação situada da visibilidade das diferenças em cada sociedade e podem ser vistas como um índice do grau de democratização da circulação no espaço público.⁷

Na última década, em diversos países, ganhou a atenção pública a forma como pessoas trans e travestis sofrem preconceito, discriminação e, algumas vezes, até violência física, ao optarem pelo uso do sanitário segundo o gênero com o qual se identificam. Nos Estados Unidos, o governo Obama buscou incentivar a flexibilização do binarismo em favor dos grupos sociais discriminados por ele, o que o governo Trump desfez em favor da reafirmação da divisão binária de gênero

7 Bom ressaltar que a divisão, subdivisão ou unificação de banheiros também pode atender a outras necessidades, como a simples disponibilidade arquitetônica. Às vezes, a unificação acontece apenas pela falta de espaço em determinadas construções, afinal, o território latino-americano foi desenvolvido sob grandes conglomerados urbanos com alta concentração populacional.

compreendida apenas em termos biológicos. No Brasil, ainda que a imprensa e os movimentos sociais tenham denunciado contexto similar de discriminação e preconceito entre nós, não há registro de medidas governamentais similares, o que sublinha a importância da iniciativa em pauta neste artigo, em trazer ao público a discussão dentro das instituições de ensino superior (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016; TEIXEIRA; RAPOSO, 2007; VAZ, 2012).

Universidades são centros produtores de conhecimento em que discussões de gênero e sexualidade têm provido um vocabulário que permite vocalizar demandas por direitos, entre eles o de livre circulação pública sem sofrer discriminação e violência. Assim, mudanças históricas na ordem sexo-genérica têm gerado – ao mesmo tempo e, muitas vezes, de forma articulada – demandas sociais e problematizações acadêmicas como a do acesso aos banheiros públicos.⁸

Reconhecendo os banheiros como espaços de inspeção social, verdadeiros dispositivos/chancelas de gênero, e agora com elementos históricos e conceituais, podemos então voltar ao debate sobre os banheiros, evocado no Núcleo TransUnifesp.

O debate sobre banheiros na Unifesp

No fórum em questão, participavam, principalmente, ativistas trans ou pessoas que não eram membros de coletivos organizados, mas, buscavam maior qualidade e quantidade de atendimentos e procedimentos em saúde, incluindo, tanto os que participaram da organização do evento, como os que foram estrategicamente convidados para compor mesas. O objetivo era construir coletivamente o equipamento de saúde. As palestras abordaram questões relacionadas às formas de cuidado. Os conteúdos, de maneira geral, tratavam sobre o acesso a serviços diversos e à necessidade de extensão do tema às

8 Para uma análise do ativismo nas escolas consultar Elliott (2016).

demais políticas públicas e áreas e serviços. As discussões abordavam temas como despatologização, reconhecimento do nome social, acesso às universidades, cultura, entre outros.

Durante o evento, os participantes debateram sobre a necessidade de planejamento da instituição e mesmo para a arquitetura da universidade, o que fora acolhido no Fórum como novas possibilidades de reorganização dos banheiros. Indicaram uma comissão para levar as discussões para as várias instâncias da Unifesp.

Nas negociações que se seguiram com essas instâncias, a universidade, principalmente as pró-reitorias, chegou-se à decisão de que os sanitários permaneceriam generificados, ou seja, divididos entre masculino e feminino, mas, que seria realizada atualização do *layout* e conteúdo das placas, formulando mais uma construção de adereços ao espaço que possibilitasse a reflexão sobre o tema do que propriamente uma alteração do acesso das pessoas aos sanitários.

De qualquer forma, essas mudanças foram entendidas como uma conquista proveniente das ações iniciadas no I Fórum e seguidas pelo Núcleo TransUnifesp. Mas, indicava, também, os limites da universidade em implementar uma mudança, como, por exemplo, a supressão da generificação do acesso, que possivelmente provocaria importante impacto na comunidade acadêmica, considerando a mobilização que as normas de gênero promovem, como tem sido demonstrado nesse artigo.

As discussões não pararam. A comissão indicada no Fórum elaborou duas propostas para a colocação de placas nos sanitários que fossem menos binárias, mais inclusivas ou, ao menos, que problematisassem a identificação de banheiros pelo gênero e/ou sexo designado ao nascimento. Antes ainda, as propostas faziam referência ao respeito à diversidade e alertavam para a existência de sanções em caso de manifestação discriminatória.

Uma primeira opção indicada seria as placas com a imagem padronizada de homem e mulher, geralmente utilizadas nos banheiros, mas, composta com as cores do movimento LGBT. Abaixo da placa haveria o aviso: “Será punida, nos termos da lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero. LEI Nº 10.948 – 05/11/2001”. A outra opção apresentada, similar, mas, com a adição das cores da bandeira do movimento trans, como pode ser acompanhado nas imagens da Figura 4.

Figura 4: Segunda fase da elaboração e votação de placas com opções indicando uma imagem padronizada de homem e mulher composta com as cores do movimento LGBT.



Fonte: Acervo do NúcleoTransUnifesp.

A intenção da inserção das cores da bandeira LGBT e da bandeira trans era dar visibilidade à população LGBTQI+ e alertar para seus direitos (Sheila Lynn CAVANAGH, 2010). No entanto, como salientaram algumas pessoas no decorrer da discussão, dado o caráter regulador das placas dos banheiros, poderia haver o entendimento de que aquele espaço se destinaria exclusivamente a pessoas que estivessem identificadas com a performatividade de gênero e orientação sexual indicada pela figura. Também foi perceptível que ainda estava em discussão a inserção das cores do movimento trans, consequência da reflexão sobre a visibilidade das pessoas trans e travestis dentro do movimento LGBT.

Diante dessas possibilidades, a comissão organizou uma enquete em que os votos poderiam ser feitos por todas as pessoas que participassem da rede social do grupo que compõe o ambulatório e computados em um *site*. Para anunciar o processo de decisão e a votação que estava ocorrendo, foram divulgadas as imagens das placas, bem como o *link* para votação no grupo do WhatsApp do Núcleo. Esse grupo, bem ativo, conta com mais de trezentas pessoas, entre ativistas, usuários do ambulatório do Núcleo TransUnifesp, professores, alunos, e profissionais de diversas especialidades.

Como já salientado, a proposta do Núcleo TransUnifesp foi a de ter como o cerne de suas atribuições a inserção de um espaço dentro da instituição que expandisse sua gestão a atores que estivessem fora dela, criando a possibilidade de abertura de um canal direto entre a universidade e a população. O Fórum já citado aqui foi mais um desses movimentos de contato direto com a comunidade.

Da realização do Fórum em 2016, seguiu-se o início das atividades do ambulatório do Núcleo TransUnifesp, tendo como um de seus objetivos a função de articular na instituição a ampliação do debate sobre a transexualidade. As reuniões mensais do Núcleo, principal canal para participação popular, propiciavam discussões e decisões coletivas sobre

a organização do Núcleo e de seu ambulatório. A mediação na relação da universidade com as questões relacionadas a gênero e sexualidade passou a ser uma das questões centrais.

Foi no centro desse processo e mesmo da instauração do Ambulatório que surgiu a discussão sobre a utilização dos banheiros, discussão presente tanto no Fórum como nos debates que se seguiram dentro da universidade a respeito dos sanitários da instituição. No Fórum tratava-se mais de uma ação pedagógica e reflexiva. Depois, o processo de votação acabou por gerar acirradas polêmicas, pois, argumentavam os membros do grupo na rede social, a proposta não efetivava mudanças mais concretas na definição do acesso a banheiros, como também possibilitava a ocorrência de uma espécie de efeito colateral, atribuindo ao banheiro com essas placas a qualidade de banheiro exclusivo para pessoas transexuais e/ou homossexuais, podendo reforçar a segregação e, conseqüentemente, a discriminação.

Durante os debates, um homem trans, importante militante do movimento social de pessoas transexuais, argumentou: “Qualquer uma das opções é segregadora. Parece que está sendo criado um banheiro LGBTQI. E é contra essa segregação que lutamos”. Complementou com um comentário sobre a foto: “Banheiro para gay. Essa é a leitura”, referindo-se à mensagem que as imagens dispostas na Figura 5, segundo ele, transmitiam.

Outras pessoas expressaram opiniões semelhantes, e também apresentaram novas propostas para banheiros que não fossem divididos por *masculino* e *feminino*, embora todos soubessem que não era uma possibilidade real a ser implantada na universidade. A intervenção tinha uma característica pedagógica, no sentido de divulgação e problematização da questão, e não propriamente uma alteração das possibilidades de acesso ao banheiro, como, por exemplo, a dissolução

da regra de identificação do espaço pela expressão de gênero de quem o acessa. Seguindo essa linha de raciocínio, um participante apresentou a proposta expressa na Figura 5.

Figura 5. Pictograma de banheiro inclusivo proposto somente depois da votação no fórum.



Fonte: Acervo do Núcleo TransUnifesp.

As imagens remetiam a outras pessoas com dificuldades de acesso a determinados espaços, como pessoas cadeirantes, e reforçavam a finalidade primeira dos sanitários, o espaço para despejo de necessidades fisiológicas. Outros, trouxeram para o debate imagens diversas com elementos que, com frequência, ilustram a organização binária, mas, foram reproduzidos de forma a abrir possibilidades diversas.

As discussões oscilavam entre um desejo de mostrar o encapsulamento da atual forma de organização dos banheiros e a ciência da impossibilidade de mudança efetiva dentro da organização da universidade. As polêmicas, os debates eram performances que se davam entre o desejo e certa razão prática. De forma que os profissionais que trabalhavam na lida cotidiana do ambulatório pareciam mais propensos

a indicar a impossibilidade de mudança, embora esse fosse seu desejo, e os ativistas mais incisivos na necessidade de mudanças. Mas, todos sabiam que, embora estivessem ainda longe do ideal, representavam avanços na discussão sobre gênero dentro da universidade.

Dada a composição heterogênea do Núcleo TransUnifesp e sua proposta de decisões coletivas, foram diversos os atores importantes do processo de discussões sobre banheiros. Todos os envolvidos estão, de alguma maneira, próximos da questão da transexualidade e travestilidade, pelo interesse em ofertar atendimento ou pelo interesse no maior acesso e equidade, levando em conta o direito à saúde, mas também ao lazer, socialização, livre circulação, cidadania. No entanto, o grupo é composto por profissionais de saúde e de outras áreas, bem como estudantes que já têm algum contato com a temática, ou pretendem ter e se interessam pelo tema. Há ainda os usuários, ativistas e mesmo pessoas trans que não são atendidas na Unifesp, mas, que participam de forma empática do coletivo.

Durante as discussões desse grupo heterogêneo, os de ativistas do movimento trans foram contundentes. Em sua maioria, esses ativistas tinham pouca ou nenhuma ligação direta com a universidade. Talvez pela distância em relação ao dia a dia na universidade e de não estarem diretamente nas articulações com as várias instâncias institucionais, eram mais enfáticos e apresentavam maiores divergências relacionadas aos avanços a serem realizados pela instituição. De qualquer maneira, o debate sobre banheiros sinalizava a existência de um espaço que se configurava como uma possibilidade democrática de exercício de criação e gestão mais compatíveis às demandas e necessidades da população.⁹

Enquanto o grupo de profissionais do ambulatório e de outros lugares, mas, que ali frequentavam, pareciam examinar mais o campo das ideias para desenrolar na mudança do acesso, o grupo de ativistas

9 Para acompanhar experiências em ambulatório trans, ver Teixeira (2012).

interpelava na busca imediata dessas mudanças. Em parte, tal postura pode ser explicada pelo fato de os profissionais terem vínculo com a instituição, com suas carreiras, com regulamentações profissionais e éticas, delimitando e direcionando sua atuação e objetivos de trabalho. E os ativistas se sentiam mais livres para propor e questionar. Isso não quer dizer que não houvesse interseções nesse processo e nem que se formara cenário de duas ideias conflitantes e opostas, mas, ainda, que havia uma implicação diferente de cada sujeito em tomadas de decisões e na maneira de se engajar no debate, variando, inclusive, conforme as trajetórias de vida, que constroem percepções diferentes sobre as maneiras de lidar e enfrentar a normatização dos corpos e sua consequente regulação.

Como atentou um dos participantes dos debates, não se tratava de construir quantos banheiros e placas fossem possíveis, de acordo com cada expressão de gênero e sexualidade que se registrasse, mas, antes, estabelecer canais de trocas entre sujeitos que possibilitassem a desconstrução e construção permanente de formas de existência e de relações, preservando as pessoas da violência perpetrada pela intolerância e pela dificuldade de acesso.

Claro que essas divergências ou dissonâncias são reflexos diretos dos desejos dessas pessoas por mudanças mais significativas, que deem sustento aos questionamentos que seus próprios corpos propõem diariamente. A exposição dessas divergências de posição e de formas de atuar que fazemos neste artigo não indica, portanto, uma divisão no Núcleo TransUnifesp entre os profissionais de seu ambulatório e os demais participantes. Se há diferenças, há também formas de atuação conjunta e consensos. Há, inclusive, profissionais que parecem mais identificados com o grupo de usuários do ambulatório do que com o restante. Essa identificação pode ser atribuída aos vínculos institucionais, interesses, classe social, faixa etária e, claro, maneiras que

entendem como mais adequadas para o andamento do ambulatório. Ainda assim, esses apontamentos se fazem justificáveis, pela importância de se reconhecer as diferentes implicações de cada sujeito no processo de decisão e apoio. São muitas as variáveis que atravessam o processo, passando pelos corpos das pessoas, sejam elas trans ou não, profissionais da área ou não, e que podem, também, fazer variar a importância dessas ações voltadas a novas interpretações de gênero.

Enfim, a elaboração das placas e o processo de votação proporcionou um campo de divergências e diálogos. Se, de um lado, havia a abertura e a conquista do espaço para que essas discussões estivessem presentes na instituição, de outro, o percurso dessa produção se deu sem a participação direta da maioria da população atingida, já que nas articulações dentro da instituição, que culminaram nas propostas das placas, não houve participação direta. Essa observação não se justifica como uma crítica ao processo, mas, o reconhecimento da dificuldade e da contradição que essa articulação traz no centro de suas atividades.

Depois do processo de votação no I Fórum, formou-se um campo de diálogos e divergências em torno desse tema tanto em reuniões presenciais quanto pelo *WhatsApp* do Núcleo TransUnifesp conduzido por representantes das pró-reitorias, estudantil e de extensão, e estudantes trans da Unifesp.

O desfecho foi que, mediante o relativo avanço na discussão e a recusa de pessoas em relação às propostas, as discussões foram cessadas para que fossem elaboradas mais profundamente em outro momento, e a mudança das placas foi temporariamente suspensa.

Notas finais sobre diálogos e resistências

Cabe sublinhar que o movimento aqui analisado, de abertura ao repensar sobre o acesso de pessoas trans aos banheiros, se insere no contexto brasileiro dos últimos quinze anos, portanto, na época do

surgimento de ambulatórios e clínicas voltados a travestis e trans, da implementação das cotas no ensino superior nacional e, de forma mais ampla, na disseminação de discussões sobre diferenças que buscaram ampliar e aprofundar a democratização da universidade. Tal movimento não se deu sem resistências internas e externas, como atestam as reações de segmentos sociais que passaram a associar as universidades a espaços suspeitos, gerando perseguições a professores/as e propostas de censura.¹⁰

Estudos futuros poderão averiguar, com maior acurácia, as relações entre movimentos como o aqui abordado e o ataque aos estudos de gênero que contribuíram para a ascensão da extrema direita no Brasil. O populismo anti-intelectual que se disseminou pelas redes sociais pavimentou o caminho para que segmentos diversos se aliassem no combate ao que chamam erroneamente de “ideologia de gênero”, na verdade às pesquisas científicas que comprovam o caráter injustificável das desigualdades entre homens e mulheres, assim como as injustiças a que são submetidos sujeitos não heterossexuais ou dissidentes de gênero.

A universidade se abriu ao questionamento da ordem-sexogenérica, por sua vinculação intrínseca com a realidade sociopolítica nacional, e o resultado de algumas de suas pesquisas tem contribuído para enriquecer discussões na esfera pública. Dessa forma, a discussão localizada sobre a acessibilidade aos banheiros públicos encetada pelo Núcleo Trans Unifesp se revelou como parte de um movimento maior de questionamento coletivo dos limites à livre circulação e visibilidade das diferenças na sociedade brasileira contemporânea.

Esse debate surgiu a partir de demandas recentes de uma sociedade em que as relações de gênero têm passado por uma transformação

10 Sobre o Escola sem Partido e as propostas de leis da mordaza consultar Miguel (2016); a respeito da formação de um movimento contra a igualdade de gênero conferir Miskolci (2018); sobre a articulação de movimentos anti-igualitários contra políticas inclusivas de educação e saúde, ver Miskolci e Pereira (2019).

profunda. A universidade, em diálogo com as demandas que batem à porta dos serviços de saúde, problematizou espaços, desigualdades e injustiças. Sua abertura democrática ao diálogo, para a criação de serviços para segmentos sociais estigmatizados, pode explicar as resistências internas e, sobretudo, os ataques externos que a instituição tem sofrido por parte de setores sociais que não são apenas moralmente conservadores, mas, também, autoritários.

O debate, assim como as fontes históricas e as discussões teóricas acionadas para sua análise, comprovam que os banheiros são dispositivos, mas também, que dispositivos são locais, têm história, e mudam. Se no passado houve uma luta das mulheres para a separação dos banheiros, hoje suas cancelas de gênero estão sendo questionadas por corpos como os trans e travestis em mais um capítulo de uma história que continuará toda vez que outros estranharem os dispositivos atuais, criando configurações ou apontando outras possibilidades. Trata-se de um debate que expande nossa imaginação sobre os espaços, a circulação e os contatos que moldam nossa vida em sociedade.

Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea, São Carlos, v.4, n.1 p. 65-182, 2014.

BENTO, Berenice. **Que nossas universidades sejam arco-íris.** Entrevista com Berenice Bento (entrevista). Em Construção, v. 5, p. 200, 2019.

BENTO, Berenice. **Universidade, gênero e movimentos sociais** (Decálogo). REVISTA PERIÓDICUS, v. 1, p. 340-353, 2017.

BROWNE, Kath. **Genderism and the Bathroom Problem: (re)materialising sexed sites, (re)creating sexed bodies.** Gender, Place & Culture, London, v.11, n.3, p.331-346, sept. 2004.

BUCCHIONI, Tulio Heleno de Aguiar. **Laerte no banheiro feminino: investigando representações de gênero e sexualidade e representações históricas na mídia.** In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2015, Salvador, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVANAGH, Sheila Lynn. **Queering Bathrooms: Gender, Sexuality, and the Hygienic Imagination.** Toronto: University of Toronto Press, 2010.

COSTA NETO, Francisco Sales da. **Banheiros públicos: os bastidores das práticas sexuais.** Dissertação (Mestrado). (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2009. 125 p.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, **Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola**. Revista Psicologia Política, São Paulo, v.11. n.21. p.73-90, 2011.

DELABRIDA, Zenith Nara Costa. **O cuidado consigo e o cuidado com o ambiente físico**: estudos sobre o uso do banheiro público. (Tese). (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2010, 125 p.

DIAS, Alfrancio Ferreira; ZOBOLI, Fabio. SANTOS, Adriana Lohanna dos. **O banheiro como espaço político de gênero**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.26, n.2, p.165-181, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em 25 mar. 2019.

ELLIOTT, Kathleen O. **Queering student perspectives**: gender, sexuality and activism in school. Sex Education – Sexuality, Society and Learning, London, v.16, p.49-62, 2016.

FERREIRA DAMIÃO, Natália; PLAZA TEIXEIRA, Renata. **Grafitos de banheiro e diferenças de gênero: o que os banheiros têm a dizer?** Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.61, n.2, p.1-10, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GONÇALVES, Jean Carlos; ARAUJO, Reinaldo Kovalski de. **Banheiro requeer**: protocolo teatral verbo-visual em discurso. Revista O Teatro Transcende, Blumenau, v.20, n.1, p.38-52, 2015.

LIMA, Luiza Ferreira. **Em busca da pessoa transexual “verdadeira”**: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais. Cadernos de Campo, São Paulo, n.25, p.267-292, 2016.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. **Intersexo e (in)visibilidade:** cidadania e saúde na busca do Registro Geral e Identificação (R.G.). (Tese). (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil, 2014. 114 p.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de; MACHADO, Paula Sandrine; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **(Des)encontros no hospital:** itinerário terapêutico de uma experiência intersexo. Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, v.49, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”** – Escola sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, UERJ, v.7, n.15, p.590-621, 2016.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. **Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer:** o caso do uso do banheiro. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, v.13, n.32, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Do desvio às diferenças.** Revista Teoria & Pesquisa, São Carlos, UFSCar v.9, p.9-41, 2005.

MISKOLCI, Richard. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”.** Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, n.53, 2018.

MISKOLCI, Richard e PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Educação e saúde em disputa:** movimentos anti-igualitários e políticas públicas. Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, UNESP, 2019. (no prelo).

PAEZ, Javier Andres. **Limites em mutação:** os banheiros públicos e a sexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2017.

PENNER, Barbara. **Researching female public toilets: Gendered spaces, disciplinary limits.** Journal of International Women's Studies, Online Journal, v.6, n.2, p.81-98, 2005. Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/jiws/vol6/iss2/6>>. Acesso em 20 mar. 2019.

PRECIADO, Beatriz. Basura y Género, Mear/Cagar. **Masculino/Femenino.** Bilbao: Amasté, 2002.

RIBEIRO, Diaulas Costa; TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Não é apenas um nome:** a luta por reconhecimento no universo de trans. In: CORDEIRO, Carlos José; GOMES, Josiane Araújo (Org.). Temas Contemporâneos de Direito das Famílias. v.2. São Paulo: Pillares, 2015. p.499-524.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.21, n.8, p.2517-2525, ago. 2016.

SAMPAIO, Fabrício de Sousa. **O terceiro banheiro:** fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade? Revista Periódicus, Bahia, UFBA, n.3, v.1, p.131-151, 2015.

SHEFFREYS, Sheila. **The politics of the toilet:** A feminist response to the campaign to “degender” a women's space. Women's studies international Forum, Melbourne, n.45, p.42-52, 2014.

SIQUEIRA, Daniel. **O banheiro**: um prisma para reflexões sobre relações de gênero a partir da perspectiva simmeliana. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.40, p.357-367, 2014.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; RAPOSO, Ana Elvira Steinbach Silva. **Banheiros escolares – promotores de diferenças de gênero**. In: 30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2007, Caxambu. Grupo de trabalho Gênero, Sexualidade e Educação. Anais ... Caxambu: ANPEd, 2007.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso; ROCHA, Rita Martins Godoy; RASERA, Emerson Fernando. **Construindo saberes e compartilhando desafios na clínica da travestilidade**. In: MISKOLCI Richard; PELÚCIO Larissa (Org.). Discursos Fora da Norma deslocamentos, invenções e direitos. v.1, São Paulo: Annablume, 2012. p.155-178.

VAZ, Tales Gubes. **Pedagogia queer, cultura visual e discursos sobre (homo)sexualidades em dois cursos de extensão online**. (Dissertação). (Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. 2012. 147 p.